



## CENTRAIS EÓLICAS DOS ARAÇAS S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)  
CNPJ 11.201.833/0001-37

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Caieté, 17 de fevereiro de 2014

A Diretoria

## Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12
<b>Circulantes</b>				<b>Circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	69	20.646	Fornecedores	5	11.784	5.811
Aplicações financeiras	3	9.908	—	Financiamentos	6	82.928	20.637
Outros créditos		114	4	Contas a pagar - CCEE	7	839	—
Total dos ativos circulantes		10.091	20.650	Impostos a recolher		62	12
<b>Não Circulantes</b>				Total dos passivos circulantes		95.633	26.460
Imobilizado	4	133.593	34.780	<b>Não Circulantes</b>			
Total dos ativos não circulantes		133.593	34.780	Partes relacionadas	8	—	297
				Total dos passivos não circulantes		—	297
				<b>Patrimônio Líquido</b>	9		
				Capital social		26.607	26.607
				Reserva de capital		2.188	2.188
				Prejuízos acumulados		(1.189)	(122)
				Recursos para futuro aumento de capital		20.445	—
				Total do patrimônio líquido		48.051	28.673
<b>Total dos Ativos</b>		<b>143.684</b>	<b>55.430</b>	<b>Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido</b>		<b>143.684</b>	<b>55.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de benefícios a empregados liquidados instrumentos de patrimônio	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		2.105	1.967	(7)	273	24.229
Aumento do capital social	9	24.502	—	—	—	24.229
Prejuízo do exercício		—	—	(115)	—	(115)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações		—	221	—	—	221
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>26.607</b>	<b>2.188</b>	<b>(122)</b>	<b>—</b>	<b>28.673</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	—	—	20.445	20.445
Prejuízos acumulados		—	—	(1.067)	(1.067)	(1.067)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>26.607</b>	<b>2.188</b>	<b>(1.189)</b>	<b>20.445</b>	<b>48.051</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. Informações Gerais:** A Centrais Eólicas dos Araças S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Eólica Participações S.A. e que faz parte do "Grupo Renova" que representa as Companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do "Grupo Renova"). A Companhia foi constituída em 25 de setembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "Araças", localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2010. Segundo Portaria nº 241 da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 07 de abril de 2011. O parque está em fase de construção. Em 26 de maio de 2011, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, por meio do qual, a Centrais Eólicas dos Araças S.A. venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de setembro de 2013.

Valor total do contrato	Montante autorizado a ser vendido por ano	Preço MW/h	Contratual	atualizado	Índice de correção	Mês de reajuste
R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	Final	Final		
295.480	121.847	121.25	145.23	set/13	IPCA	Setembro

(\*) Informação não auditada pelos auditores independentes. A capacidade de produção instalada do parque eólico "Araças" depois de concluído será de 30,4 MW.

**Operação comercial:** Os Contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos do LER 2010 deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2013. A Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da nossa obrigação de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL. A Companhia monitora e acompanha as obras das linhas de transmissão e de acordo com o cronograma oficial da ANEEL as linhas de transmissão entram em operação até o final do primeiro semestre de 2014. A Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 85.542 (2012, R\$ 5.810). A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação através das receitas auferidas quando do início de suas operações. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as políticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as políticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 17 de fevereiro de 2014.

**2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são: Imobilizado (nota explicativa nº 4); e • Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 9).

**2.5. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis

descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**2.5.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**Categoria de instrumentos financeiros:** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. As categorias de instrumentos financeiros aplicadas à Companhia são: **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2013 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 3).

**b) Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 compreendem: • Fornecedores (nota explicativa nº 5).

• Financiamentos (nota explicativa nº 6).

**2.5.2. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos de juros e empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financeiros.

**2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

**2.5.4. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

**2.5.5. Resultados:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamento e com partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

**2.5.6. Imposto de renda e contribuição social:** Para 31 de dezembro de 2013 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base no lucro real e nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Para 31 de dezembro de 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro real e no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido

## Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12
<b>Despesas</b>			
Gerais e administrativas	10	(1.054)	(124)
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>			
Imposto de renda e contribuição social		(1.054)	(124)
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras		—	16
Despesas financeiras		(13)	(3)
Total	11	(13)	13
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>			
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.067)	(111)
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b>(1.067)</b>	<b>(115)</b>
<b>Prejuízo por ação básico e diluído (Expressos em Reais - R\$)</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		(0,040)	(0,004)

## Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12
Prejuízo do exercício		(1.067)	(115)
Outros resultados abrangentes		—	—
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>		<b>(1.067)</b>	<b>(115)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(1.067)	(115)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Encargos sobre multas	8	2	1
Constituição de provisão a pagar para CCEE	7	839	—
Aumento nos ativos operacionais:			
Outros créditos		(110)	(4)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		70	(2)
Pagamento de juros sobre financiamentos	6	(856)	—
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.122)	(120)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Aplicações financeiras		(9.747)	—
Aquisição de imobilizado	4, 15	(83.443)	(21.921)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(5.811)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(99.001)	(21.921)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Aumento do capital social	9, 15	—	21.791
Recursos para futuro aumento de capital		20.445	—
Captação de financiamentos		86.800	20.600
Pagamentos de financiamentos	6	(27.400)	—
Mútuo com partes relacionadas - Ingresso		—	296
Mútuo com partes relacionadas - pagamento		(299)	—
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		79.546	42.687
<b>Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(20.527)</b>	<b>20.646</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	20.646	—
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	69	20.646
<b>Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(20.527)</b>	<b>20.646</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

**2.5.7. Pagamento baseado em ações:** O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido ou capitalizado durante a construção do parque eólico, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada refita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de capital" que registrou o benefício aos empregados.

**2.5.8. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados:** No exercício de 2013, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2014 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

	31/12/13	31/12/12
Bancos conta movimento	69	66
Aplicações financeiras	9.908	20.590
Total	9.977	20.646
Apresentamentos como:		
Caixa e equivalentes de caixa	69	20.646
Aplicações financeiras	9.908	—
Total	9.977	20.646

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 90% até 102% do CDI - Certificado de depósito interbancário.

	Saldo em 31/12/11	Adições	Saldo em 31/12/12	Adições	Transf.	Saldo em 31/12/13
<b>Imobilizado em curso</b>						
Terenos	237	205	442	453	—	895
					continua	*



—\* continuação

## CENTRAIS EÓLICAS DOS ARAÇÁS S.A.

(Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 11.201.833/0001-37

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)															
	Saldo em 31/12/11	Adições	Saldo em 31/12/12	Adições	Transf.	Saldo em 31/12/13									
Edificações, obras civis e benfeitorias	—	—	—	17.040	—	17.040									
Torres de medição	—	160	160	55	—	215									
Aerogeradores	—	22	22	67.398	19.224	86.644									
Equipamentos de subestação	—	6.518	6.518	936	—	7.454									
A ratear	3.271	3.407	6.678	7.608	—	14.286									
Adiantamento a fornecedores	1.079	19.881	20.960	5.323	(19.224)	7.059									
Total do ativo imobilizado	4.587	30.193	34.780	98.813	—	133.593									
Dentro os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque eólico que serão utilizados antes de sua entrada em operação. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.															
<b>5. Fornecedores:</b>															
Fornecedores			31/12/13	31/12/12											
			11.784	5.811											
O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 refere-se, basicamente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para construção do parque eólico.															
<b>6. Financiamentos:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total									
Notas Promissórias	246	16.000	16.246	—	—	—									
BNDES - ponte	2.682	64.000	66.682	37	20.600	20.637									
	2.928	80.000	82.928	37	20.600	20.637									
<b>Movimentação</b>															
Saldo Inicial	31/12/13			31/12/12											
	62.928			20.637											
Financiamentos obtidos	86.800			20.600											
Encargos financeiros capitalizados	3.747			37											
Encargos financeiros pagos	(856)			(856)											
Amortização de financiamento	(27.400)			(27.400)											
Saldo final	82.928			20.637											
<b>Notas promissórias:</b> Em 5 de novembro de 2013, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R\$16.000 e nos termos da instrução CVM nº 476. Sobre as notas promissórias incidem juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a. O vencimento das notas promissórias comerciais é de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de emissão, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. As notas promissórias possuem garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval da controladora Renova Energia S.A. para a totalidade das obrigações a serem assumidas pela Companhia. Os recursos serão destinados à implementação do parque eólico Araçás. As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida. <b>BNDES:</b> Em 07 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$64.000. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação do parque eólico Araçás conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. São garantias do financiamento o penhor de ações da controladora Renova Eólica Participações S.A. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano mais TJLP. Esta operação estabelece que o índice (patrimônio líquido/ativo total da controladora Renova Energia S.A.) deve ser igual ou superior a 0,25. Em 31 de dezembro de 2013 esse índice foi atingido.															
<b>7. Contas a pagar - CCEE:</b>															
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE			31/12/13												
Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2010 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contábil (período de setembro a agosto) as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contábil seguinte, variando de 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadrênio.															
<b>8. Partes Relacionadas:</b>															
	Vigência			31/12/12											
	Início	Fim	31/12/12												
Renova Energia S.A.	14/12/2012	30/04/2013	297												
Refere-se a mútuo com a controladora indireta Renova Energia S.A. para suprir a necessidade de caixa durante a fase de construção do parque eólico. O contrato está sujeito à correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% a.a. Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia e de sua controladora indireta Renova Energia S.A. é de que o contrato seja renovado.															
<b>9. Despesas:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
	1.054			124											
<b>11. Resultado Financeiro:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			—											
Rendimentos de aplicações financeiras	—			16											
Despesas financeiras	—			—											
Juros - mútuo	(2)			(1)											
Outras despesas financeiras	(11)			(2)											
	(13)			(3)											
Total	(13)			13											
<b>12. Imposto de Renda e Contribuição Social:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.067)			(1.067)											
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%			34%											
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	363			363											
<b>Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:</b>															
Prejuízo fiscal e base negativa	(363)			(363)											
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	—			—											
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%			(4)											
IRPJ e CSLL no resultado	—			—											
Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do															
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>															
	31/12/12			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta (Renova Energia)	—			—											
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	—			—											
Aquisição de imobilizado em aberto junto a fornecedores	11.784			5.792											
Rendimentos financeiros capitalizados	—			—											
<b>15. Transações não Envolvendo Caixa:</b> Durante o exercício de 2013 e de 2012, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto essas transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:															
	31/12/13			31/12/12											
Encargos financeiros capitalizados	3.747			37											
Integração de capital com ativo imobilizado pago pela sua controladora	—			2.438											
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta (Renova Energia)	—			—											
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	—			—											
Aquisição de imobilizado em aberto junto a fornecedores	11.784			5.792											
Rendimentos financeiros capitalizados	—			—											
<b>16. Cobertura de Seguros:</b> O quadro a seguir apresenta os principais valores em milhares de dólares:															
	Vigência			31/12/12											
	Início	Fim	31/12/12												
Renova Energia S.A.	14/12/2012	30/04/2013	297												
Refere-se a mútuo com a controladora indireta Renova Energia S.A. para suprir a necessidade de caixa durante a fase de construção do parque eólico. O contrato está sujeito à correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% a.a. Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia e de sua controladora indireta Renova Energia S.A. é de que o contrato seja renovado.															
<b>9. Despesas:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
	1.054			124											
<b>11. Resultado Financeiro:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			—											
Rendimentos de aplicações financeiras	—			16											
Despesas financeiras	—			—											
Juros - mútuo	(2)			(1)											
Outras despesas financeiras	(11)			(2)											
	(13)			(3)											
Total	(13)			13											
<b>12. Imposto de Renda e Contribuição Social:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.067)			(1.067)											
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%			34%											
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	363			363											
<b>Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:</b>															
Prejuízo fiscal e base negativa	(363)			(363)											
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	—			—											
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%			(4)											
IRPJ e CSLL no resultado	—			—											
Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do															
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>															
	31/12/12			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta (Renova Energia)	—			—											
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	—			—											
Aquisição de imobilizado em aberto junto a fornecedores	11.784			5.792											
Rendimentos financeiros capitalizados	—			—											
<b>16. Cobertura de Seguros:</b> O quadro a seguir apresenta os principais valores em milhares de dólares:															
	Vigência			31/12/12											
	Início	Fim	31/12/12												
Renova Energia S.A.	14/12/2012	30/04/2013	297												
Refere-se a mútuo com a controladora indireta Renova Energia S.A. para suprir a necessidade de caixa durante a fase de construção do parque eólico. O contrato está sujeito à correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% a.a. Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia e de sua controladora indireta Renova Energia S.A. é de que o contrato seja renovado.															
<b>9. Despesas:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
	1.054			124											
<b>11. Resultado Financeiro:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			—											
Rendimentos de aplicações financeiras	—			16											
Despesas financeiras	—			—											
Juros - mútuo	(2)			(1)											
Outras despesas financeiras	(11)			(2)											
	(13)			(3)											
Total	(13)			13											
<b>12. Imposto de Renda e Contribuição Social:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.067)			(1.067)											
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%			34%											
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	363			363											
<b>Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:</b>															
Prejuízo fiscal e base negativa	(363)			(363)											
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	—			—											
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%			(4)											
IRPJ e CSLL no resultado	—			—											
Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do															
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>															
	31/12/12			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta (Renova Energia)	—			—											
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	—			—											
Aquisição de imobilizado em aberto junto a fornecedores	11.784			5.792											
Rendimentos financeiros capitalizados	—			—											
<b>16. Cobertura de Seguros:</b> O quadro a seguir apresenta os principais valores em milhares de dólares:															
	Vigência			31/12/12											
	Início	Fim	31/12/12												
Renova Energia S.A.	14/12/2012	30/04/2013	297												
Refere-se a mútuo com a controladora indireta Renova Energia S.A. para suprir a necessidade de caixa durante a fase de construção do parque eólico. O contrato está sujeito à correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% a.a. Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia e de sua controladora indireta Renova Energia S.A. é de que o contrato seja renovado.															
<b>9. Despesas:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
	1.054			124											
<b>11. Resultado Financeiro:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			—											
Rendimentos de aplicações financeiras	—			16											
Despesas financeiras	—			—											
Juros - mútuo	(2)			(1)											
Outras despesas financeiras	(11)			(2)											
	(13)			(3)											
Total	(13)			13											
<b>12. Imposto de Renda e Contribuição Social:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.067)			(1.067)											
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%			34%											
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	363			363											
<b>Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:</b>															
Prejuízo fiscal e base negativa	(363)			(363)											
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	—			—											
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%			(4)											
IRPJ e CSLL no resultado	—			—											
Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do															
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>															
	31/12/12			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta (Renova Energia)	—			—											
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	—			—											
Aquisição de imobilizado em aberto junto a fornecedores	11.784			5.792											
Rendimentos financeiros capitalizados	—			—											
<b>16. Cobertura de Seguros:</b> O quadro a seguir apresenta os principais valores em milhares de dólares:															
	Vigência			31/12/12											
	Início	Fim	31/12/12												
Renova Energia S.A.	14/12/2012	30/04/2013	297												
Refere-se a mútuo com a controladora indireta Renova Energia S.A. para suprir a necessidade de caixa durante a fase de construção do parque eólico. O contrato está sujeito à correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% a.a. Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia e de sua controladora indireta Renova Energia S.A. é de que o contrato seja renovado.															
<b>9. Despesas:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
	1.054			124											
<b>11. Resultado Financeiro:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			—											
Rendimentos de aplicações financeiras	—			16											
Despesas financeiras	—			—											
Juros - mútuo	(2)			(1)											
Outras despesas financeiras	(11)			(2)											
	(13)			(3)											
Total	(13)			13											
<b>12. Imposto de Renda e Contribuição Social:</b>															
	31/12/13			31/12/12											
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.067)			(1.067)											
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%			34%											
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	363			363											
<b>Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:</b>															
Prejuízo fiscal e base negativa	(363)			(363)											
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	—			—											
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:															
	31/12/13			31/12/12											
Receitas financeiras	—			16											
Base de cálculo	—			16											
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%			(4)											
IRPJ e CSLL no resultado	—			—			</								